

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DE UMA PEQUENA EMPRESA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Márcia Regina De Campos Strobino¹
marciastrobino@terra.com.br

Rivanda Meira Teixeira²
rivandateixeira@terra.com.br

Marcia Shizue Massukado Nakatani³
massukado@ufpr.br

Data de submissão: 15/09/2008

Data de aprovação: 30/03/2009

¹ Bacharel em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Gerenciamento de Projetos pelo convênio FAE/Univille, Mestranda em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Gerente de Projetos da ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura.

² Doutora em Administração pela Cranfield University na Inglaterra e Pós-doutora em Turismo na Bournemouth University na Inglaterra e também em Gerenciamento de Pequenas Empresas do Setor Turístico na Strathclyde University, na Escócia. Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal do Paraná.

³ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DE UMA PEQUENA EMPRESA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever o processo de aquisição da consciência ambiental de uma pequena empresa do setor da construção civil de Curitiba, Paraná, por meio de pesquisa qualitativo-descritiva, tipo estudo de caso. O artigo inicia-se com a apresentação das principais referências bibliográficas sobre gestão e psicologia ambiental, lançadas até o final do século XX, relacionadas pelo *Environmental Psychology Research Group* (2005), da Universidade de *Surrey*, Inglaterra. Depois, descrevem-se as ações da PE anteriores e posteriores a um incidente ocorrido durante a prestação de serviço para uma grande empresa de São Francisco do Sul, Santa Catarina. A descrição das ações posteriores tem o propósito de retratar o processo e confirmar a aquisição da consciência ambiental pela organização.

Palavras-chave: Consciência Ambiental; Responsabilidade Socioambiental, Pequenas Empresas

EL DIAGNÓSTICO DEL PROCESO DE FORMACIÓN DE LOS OPERADORES DE SEGURIDAD PÚBLICA DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO: LA PERSPECTIVA DEL SOLDADO DE LA POLICÍA MILITAR

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo describir el proceso de adquisición de conciencia ambiental de una pequeña empresa del sector de construcción civil de Curitiba, Paraná, por medio de investigación cualitativo-descriptiva, tipo estudio de caso. El artículo empieza con la presentación de las principales referencias bibliográficas sobre gestión y psicología ambiental lanzadas hasta el final del siglo XX y listadas por el *Environmental Psychology Research Group* (2005), de la Universidad de *Surrey*, Inglaterra. Después, se describen las acciones de la PE anteriores y posteriores a un incidente ocurrido durante la prestación de servicio a una gran empresa de São Francisco do Sul, Santa Catarina. La descripción de las acciones posteriores tiene el propósito de retratar el proceso y confirmar la adquisición de conciencia ambiental por la organización.

Palabras clave: Conciencia Ambiental; Responsabilidad Socioambiental, Pequeñas Empresas

SOCIOENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY AND THE DEVELOPMENT OF ENVIRONMENTAL AWARENESS: CASE STUDY OF A SMALL COMPANY IN THE CIVIL CONSTRUCTION SECTOR

ABSTRACT

This work describes the process of development of environmental awareness in a small engineering firm located in the city of Curitiba in the state of Paraná, Brazil. It adopts a case study, using a qualitative-descriptive approach. The article begins by presenting the main bibliographic references on environmental management and psychology published up to the end of the 20th century, which were listed in 2005 by the Environmental Psychology Research Group at the University of Surrey, England. It then describes the actions undertaken by a small firm, prior to and following an incident that occurred when it was providing a service for a large company in São Francisco do Sul, Santa Catarina. The purpose of describing the subsequent actions is to portray the process and confirm the acquisition of environmental awareness by the organization.

Key words: Environmental Awareness; Social and Environmental Responsibility, Small Business

1 INTRODUÇÃO

Ainda que a Sociologia do Ambiente tenha começado a povoar os estudos sociológicos já na década de 1920, com a Escola de Chicago, foi em meados da década de 1970 que a preocupação com o meio ambiente começou a se destacar na mídia, nas atividades escolares e nas reuniões rotineiras das grandes organizações. Em 1978, Catton e Dunlap e posteriormente, Dunlap e Van Liere (1978a *apud* BOGNER *et al*, 2000), sugeriram uma escala para medir a consciência ambiental das sociedades. A grande contribuição da criação dessa escala é a proposta de Catton e Dunlap (1978), do Novo Paradigma Ecológico, NEP, que defende o ser humano como apenas um entre muitos outros seres do planeta, embora excepcional de características específicas e sublimes: importa envolver a proteção da natureza numa teia de interdependência. Completando o trabalho, Dunlap e Van Liere (1978b, *apud* SILVA FILHO, 2007) sugerem a existência de uma base que mostra a necessidade de limitação para as atividades humanas e a defesa do equilíbrio da natureza, restringindo os direitos dos seres humanos para modificar o ambiente.

Da década de 1970 aos dias de hoje, é indiscutível a relevância do assunto meio-ambiente, ou sustentabilidade, ou ainda responsabilidade social, nas pautas das reuniões organizacionais, que passaram a planejar estrategicamente suas ações socioambientais. Com atuações mais efetivas do que as pequenas empresas, parte das grandes organizações brasileiras é observada pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, BOVESPA, através do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ISE, cujo questionário foi desenvolvido para avaliar o desempenho das empresas emissoras das 150 ações mais negociadas na BOVESPA, considerando elementos ambientais, sociais e econômicos (BOVESPA, 2008). O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com 1291 sócios (ETHOS, 2008) também apresenta seus índices de análise de comprometimento social das empresas associadas, a maioria de grande e médio porte. Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, a empresa criou em 2003 a apostila Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas, com o objetivo de estimular e orientar a gestão socialmente responsável por meio de um manual passo a passo. Entretanto, ainda que haja investimentos educacionais nessa área, a mensuração da participação das pequenas empresas em ações de proteção ambiental, por intermédio de índices de avaliação, continua inexpressiva, quando existentes.

Em julho de 2006, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou relatório com a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. No que se refere

ao porte das empresas que realizaram ações sociais para a comunidade, 68% são microempresas. Mas, ao computar a taxa de participação dessas organizações em ações comunitárias, são as grandes empresas as principais atuantes no campo social, com taxa de participação de 94%.

Entre os setores econômicos, o setor da construção civil ocupa a última posição, com apenas 39% de suas empresas realizando ações sociais, sem índice para ações ambientais (IPEA, 2006).

O objetivo deste artigo é analisar uma pequena empresa (PE) do setor da construção civil que não realizava ações sociais ou gestão ambiental, tampouco se ocupava com assuntos relacionados à sustentabilidade. Contudo, em decorrência de um incidente que provocou danos ambientais na Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN, situada no terreno de uma grande empresa contratante dos serviços, a PE da construção civil passou a perceber-se como socialmente responsável, tanto pelo meio-ambiente, como pelas boas condições de trabalho de seus sócios e funcionários. Essa percepção, neste artigo, chamada de consciência ambiental, é baseada em pesquisas de Catton e Dunlap (1978) e de Dunlap e Van Liere (1978 *apud* SILVA FILHO, 2007), nos dias de hoje incorporada ao tema Responsabilidade Social.

Após a Introdução, o presente artigo traz a revisão teórica, apresentando uma retrospectiva da preocupação com o meio ambiente desde a Escola de Chicago até as ações atuais conhecidas como responsabilidade social, utilizando-se da revisão bibliográfica do *Environmental Psychology Research Group* da Universidade de Surrey, Inglaterra, que, desde 1973, mantém grupos de pesquisa em psicologia ambiental e, a partir de 1998, passou a receber cerca de um milhão de euros ao ano para serem investidos em pesquisas sobre o meio ambiente. O segundo tópico analisa com mais profundidade os estudos dos autores Catton e Dunlap (1978) e de Dunlap e Van Liere (1978 *apud* SILVA FILHO, 2007), assim como outros trabalhos recentes que atualizam e validam a escala do NEP. Em seguida, é apresentado o conceito de pequena empresa e a participação em ações socioambientais pelas pequenas empresas do setor da construção civil. A metodologia empregada é apresentada no quarto tópico, tendo na sequência a análise dos dados e, por fim, as conclusões da pesquisa.

2. DA ESCOLA DE CHICAGO À RESPONSABILIDADE SOCIAL

Por Escola de Chicago, entende-se o conjunto de estudos sociológicos que, entre 1915 e 1940, apresenta sua preocupação com o meio ambiente, trazendo ao mundo as teorias da Ecologia Humana e das Zonas Concêntricas. Com o objetivo de baixar as taxas de criminalidade da cidade de Chicago da época, estudos empíricos descritivos atribuíam voz ativa ao agente social não responsável pelos seus atos e sim, influenciado por seu *habitat* e suas intrínsecas relações ecológicas, que ficou conhecido por ecologia humana. (EUFRÁSIO, 2000; FREITAS, 2002). Surgia a ideia de interação homem-ambiente, um influenciando e modificando o outro, a chamada Sociologia do Ambiente.

Em 1962, Rachel Carson lança o livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), no intuito de combater o uso de inseticidas e pesticidas na agricultura, que contribuem para a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, trazendo riscos à saúde do homem e também à cadeia de vida aquática. Para Carson (1962), no século XX o homem adquiriu a capacidade de alterar significativamente as condições deste planeta e uma das principais armas do homem em sua guerra contra a natureza era a utilização de substâncias químicas. Essa obra não só marcou a participação da mulher na preocupação com o meio ambiente,

como se tornou o marco do início do combate à deteriorização ambiental pelos avanços tecnológicos conquistados pela humanidade.

A primeira escala para medir atitudes ecológicas dos indivíduos foi apresentada por Maloney e Ward, em 1973. A análise da aplicação da escala concluiu que as pessoas possuíam um grande comprometimento verbal com as teorias ambientalistas, mas poucos praticavam o que falavam.

Em 1978, Catton e Dunlap e Dunlap e Van Liere (1978 *apud* BOGNER *et al*, 2000), apresentam estudos que levam à construção do Novo Paradigma Ecológico, NEP. Os autores sugerem uma escala para medir a consciência ambiental das sociedades e, assim como Maloney e Ward (1973), relatam a necessidade de limitação para as atividades humanas e a defesa do equilíbrio da natureza, restringindo os direitos dos seres humanos para modificar o ambiente.

Catton e Dunlap (1980, p.16) voltam a defender o NEP e resumem que o conceito de escassez ecológica se apoia na percepção de que o ecossistema global é fonte finita e precisa ser submetido às leis ecológicas que coíbam a exploração sem limites pelos seres humanos.

Também em 1978, Wiegel e Wiegel publicam artigo com os resultados de inúmeras investigações independentes, mas validadas pela Escala de Interesse Ambiental, através de questionário com 16 perguntas cujas respostas se davam na escala Likert e referiam-se a itens de conservação e poluição do meio-ambiente. Os autores, porém, sugerem restrições no uso da escala para pesquisas posteriores.

Na Alemanha, em 1983, Wieland, Bode e Disko (*apud* HERMAND, 1997) lançam o livro “*Grün kaputt. Landschaft und Gärten der Deutschen*”, que em português pode ser traduzido como Verde Quebrado. Paisagens e Jardins dos Alemães. O livro retrata as atitudes dos alemães da década de 1980 com relação ao meio-ambiente, comparando-as com as atitudes do passado, apoiando-se em textos de Rousseau e Goethe (HERMAND, 1997). Este é um clássico que deu origem à revista alemã *The German Garden (Der Deutsch Garten)*.

Também na Alemanha, em 1985, Day, Fuhrer e Laucken lançam o livro “*Umwelt und Handeln - Ökologische Anforderungen und Handeln im Alltag*”, título que pode ser traduzido como Ambiente e Ação – Exigências Ecológicas e Ações na Vida Diária, que trata das ações ecológicas como processo cognitivo para uma nova maneira de pensar e conseqüentemente agir, levando em consideração as exigências ecológicas (LAUCKEN, 1995).

A década de 1990 foi a mais farta do século XX no que diz respeito a artigos, livros e publicações diversas sobre assuntos relacionados ao meio-ambiente. A responsabilidade social passa a anexar essa preocupação, pois, como sugerem estudos anteriores, já não se separa o homem do ambiente. Palavras como reciclagem, sustentabilidade e gestão ambiental passam a fazer parte do vocabulário corrente das sociedades e organizações. Ações politicamente corretas são esperadas de todos e as grandes corporações utilizam-se dessas ações como *marketing*, com o objetivo de conquistar os consumidores verdes.

A Alemanha continua na vanguarda dos acontecimentos, lançando livros e textos educativos para a população e para as empresas. Faulstich e Lorber, em 1990, lançam O Ambiente Holístico (*Ganzheitlicher Umweltschutz*), que sugere a criação de vínculos entre a realidade social e a profissional; Hoffmann e Rombach, em 1993, discutem a reciclagem no livro A Mentira da Reciclagem: o Desperdício ao Invés da Reutilização (*Die Recycling Lüge - Vermeiden Statt Verwerten*), que coloca em discussão a coleta seletiva sem seu real aproveitamento. O Atlas da Ecologia (*Atlas zur Ökologie*) é lançado em 1994 por Heinrich e Hergt e em 1999, Linneweber e Kals publicam o livro Ambiente em Ação – Barreiras e

Soluções (*Umweltgerechtes Handeln - Barrieren und Brücken*) que considera que é a gestão dos recursos naturais que define o grau de impacto ambiental da ação humana.

Ingleses e americanos acompanham a evolução da preocupação com o meio ambiente. Em 1990, é lançado em Nova Iorque o livro de Elinor Ostrom, Governando as Terras Comuns: a Evolução das Instituições para Ações Coletivas (*Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*). A autora defende a ideia de que não há uma só semana em que não se tenha notícia da destruição de algum recurso natural valioso. Em 1991, Dobson lança, em São Francisco, O Leitor Verde; Ensaio para uma Sociedade Sustentável (*The green reader: Essays toward a sustainable society*), e em 1992 Wenner critica o leitor ambiental da revista *The Rolling Stones* (*The Rolling Stone Environmental Reader*), em Washington, que também foi o palco do lançamento do livro de Carless (1992), Removendo o Lixo: um guia do não absurdo da reciclagem (*Taking out the Trash: A no-nonsense Guide to Recycling*). Finalmente, em 1994, Worst, no Reino Unido, lança o livro Economia da Natureza: uma História de Ideias Ecológicas (*Nature's economy: A history of ecological ideas*).

Segundo o *Environmental Psychology Research Group* (2005), essas são as principais referências bibliográficas sobre gestão e psicologia ambiental lançadas até o final do século passado, o que possibilita a apresentação do quadro 1 com o resumo das obras até aqui citadas.

Quadro 1: Principais referências bibliográficas sobre gestão e psicologia ambiental lançadas até o final do século passado

ANO	AUTOR	PAÍS DE ORIGEM	TÍTULO	ASSUNTO
1915 a 1940	Escola de Chicago	EUA	Sociologia do Ambiente	Ecologia Humana
1962	Carson	EUA	Silent Spring	Combate ao uso de inseticidas e pesticidas na agricultura
1973	Maloney e Ward	EUA	Ecology: let's hear it from the people - An objective scale for measurement of ecological attitudes and knowledge	Concluem que há grande comprometimento verbal com as teorias ambientalistas, mas poucas práticas verdadeiras.
1978	Catton e Dunlap	EUA	Environmental sociology: A new paradigm	Apresentação do NEP: Novo Paradigma Ecológico
1978	Dunlap e Van Liere	EUA	The new environmental paradigm: a proposed measuring instruments and preliminary results	Proposta para mensuração da consciência ambiental das sociedades
1978	Wiegel e Wiegel	EUA	Environmental concern: the development of a measure	Nova escala de interesse ambiental
1980	Catton e Dunlap	EUA	A new ecological paradigm for a post exuberant sociology	O ecossistema como fonte esgotável de recursos
1983	Wieland,	Alemanha	Grün kaputt. Landschaft und	Retrata as atitudes dos alemães da década de

Responsabilidade Socioambiental e Aquisição da Consciência Ambiental: Um Estudo de Caso de uma Pequena Empresa do Setor da Construção Civil

	Bode e Disko		Gärten der Deutschen	1980 com relação ao meio-ambiente
1985	Day, Fuhrer e Laucken	Alemanha	Umwelt und Handeln - Ökologische Anforderungen und Handeln im Alltag	Trata das ações ecológicas como um processo cognitivo para uma nova maneira de pensar e consequentemente agir, levando em consideração as exigências ecológicas.
1990	Faulstich e Lorber	Alemanha	Ganzheitlicher Umweltschutz	Sugere a criação de vínculos entre a realidade social e a profissional
1990	Ostrom	EUA	Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action	Defende a ideia de que não há uma só semana em que não se tenha notícia da destruição de algum recurso natural valioso
1991	Dobson	Vários	The green reader: Essays toward a sustainable society	Coletânea de artigos e textos. Estimula o debate sobre as diversas publicações de assuntos de gestão ambiental, que deveriam apresentar-se num contexto muito mais amplo.
1992	Wenner	EUA	The Rolling Stone Environmental Reader	Critica o leitor ambiental da revista The Rolling Stones que vê o assunto com superficialidade
1992	Carless	EUA	Taking out the Trash: A no-nonsense Guide to Recycling	Guia de reciclagem
1993	Hoffmann e Rombach	Alemanha	Die Recycling Lüge - Vermeiden Statt Verwerten	Coloca em discussão a coleta coletiva sem seu real aproveitamento
1994	Heinrich e Hergt	Alemanha	Atlas zur Ökologie	Atlas da ecologia no mundo
1994	Worst	Inglaterra	Nature's economy: A history of ecological ideas	Conta a história das ideias ecológicas
1999	Linneweber e Kals	Alemanha	Umweltgerechtes Handeln - Barrieren und Brücken	Considera que é a gestão dos recursos naturais que define o grau de impacto ambiental da ação humana

Fonte: Environmental Psychology Research Group (2005)

Alguns autores, porém, retomaram seus estudos após a virada do século e reaplicaram suas pesquisas e escalas, como Dunlap que revalidou sua escala do NEP juntamente com Jones e outros, em 2000 e 2002, corroborando os resultados anteriores.

No Brasil, o grande marco da década de 1990 em questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUCED. A reunião ficou conhecida como Rio-92 e foi realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação de 175 delegações internacionais. A primeira participação do Brasil em eventos sobre o meio-ambiente se deu 20 anos antes, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Mas, os resultados da conferência de Estocolmo foram inferiores ao esperado, devido às condições históricas vividas nas décadas de 1970 e 1980, quando a guerra fria ainda fazia parte do contexto mundial histórico (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008). Para o Brasil, o resultado desse encontro foi a criação das Leis Estaduais de Meio Ambiente, em vigor em São Paulo, o Estado pioneiro, desde 1976.

Logo após o Rio-92, no ano de 1993, a *International Organization for Standardization*, ISO reuniu diversos profissionais e criou o Comitê Técnico TC 207 com o objetivo de desenvolver normas (série 14000) nas áreas envolvidas com o meio ambiente. A mais conhecida delas, a ISO 14001, tem como foco a proteção ao meio ambiente e a prevenção da poluição equilibrada com as necessidades socioeconômicas do mundo atual.

A partir desses eventos, a variável ambiental passa a exercer grande influência nas empresas brasileiras. Donaire (1994, p.69) expõe sua percepção de que passou a existir uma nova consciência ambiental surgida a partir das transformações culturais das décadas de 1960 e 1970. Essa nova consciência ganhou dimensão e situou a proteção do meio ambiente como um dos princípios mais fundamentais do homem moderno. O autor conclui que nas conversas mantidas junto aos responsáveis pela atividade de meio ambiente, fica evidente a perspectiva de que a preocupação com a variável ambiental, por parte das organizações, é irreversível, não é modismo de momento, uma coqueluche de primeiro mundo, mas uma preocupação que deve crescer em nosso país, concomitantemente com o atendimento de outras necessidades importantes, o que exigirá de nossas empresas um posicionamento cada vez mais responsável, ético e especializado (DONAIRE, 1994, p. 75).

Dessa forma, assuntos relacionados à gestão ambiental, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental ganham cada vez mais espaço, tanto na mídia, como nas pesquisas científicas realizadas em todo o Brasil. Nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, EnANPAD, realizados entre 1997 e 2007, 44 artigos referiram-se ao tema gestão ambiental e sustentabilidade. Outros 4 relacionaram-se à responsabilidade socioambiental e 136 referiram-se à responsabilidade social de um modo geral. No mesmo período, a Revista de Administração Contemporânea, RAC, publicou um artigo sobre gestão ambiental, dois artigos sobre sustentabilidade e cinco artigos sobre responsabilidade social. A Revista de Administração de Empresas, RAE, da Fundação Getúlio Vargas, FGV, contou com a publicação de onze artigos sobre gestão ambiental, cinco artigos sobre sustentabilidade e quinze artigos sobre responsabilidade social, nas edições entre os anos 1990 e 2007.

Donaire (1994) concluiu que a variável ambiental cresce e faz crescer preocupações paralelas, como o atendimento a outras necessidades importantes do ser humano, exigindo das empresas um posicionamento cada vez mais responsável. Da mesma forma, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2008) define responsabilidade social empresarial como a gestão através da relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando, assim, a

diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Inclui-se, dessa forma, a gestão ambiental nas questões de responsabilidade social, passando essa última a ser também chamada de responsabilidade socioambiental.

Porém, é preciso levar em consideração que o conjunto de mudanças que levam as empresas a atingirem suas metas de responsabilidade socioambiental raramente ocorre de maneira tranquila e fluente. Apesar de as empresas reconhecerem a necessidade de preservar o ambiente e atender às necessidades sociais de seus *stakeholders*, há também a preocupação de que essas ações possam causar diminuição de lucros, aumento de custos, investimentos com retorno em longo prazo, muitas vezes superiores às necessidades econômicas das empresas. Ou seja, ações politicamente corretas vão além das obrigações econômicas e legais, o que nem sempre parece ser algo atingível, principalmente para as microempresas e empresas de pequeno porte (TEIXEIRA, 1996; NAFFZIGER *et al*, 2003; PESSOA *et al*, 2006; OLIVEIRA; VALADÃO JÚNIOR, 2007; FLORIANO *et al*, 2007).

3. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Naffziger *et al* (2003) desenvolveram um trabalho sobre o processo de aquisição da consciência ambiental e o impacto dessa aquisição na *performance* das pequenas empresas americanas do Estado de Indiana, em 2000, enviando questionários para 160 proprietários de pequenas empresas do setor do comércio, obtendo resposta de 100 delas. As perguntas do questionário incluíam a realização ou não de esforços para redução do consumo de energia, participação em programas de reciclagem, redução da poluição, ações sociais junto aos empregados e obtenção da ISO 14001. O resultado da pesquisa indica correlação positiva entre a percepção ambiental e o desempenho das empresas, principalmente no que diz respeito à melhoria da imagem dessas empresas através das ações socioambientais.

Percepção, ou consciência ambiental é comumente interpretada por duas visões: a antropológica e a ecológica (DUNLAP, 1980; DISINGER; TOMSEN, 1995 *apud* BOGNER *et al*, 2000). A primeira coloca a natureza a serviço do homem. É o paradigma da dominação social; conceitua natureza como um recurso a ser explorado pela humanidade. A segunda, o novo paradigma ecológico, NEP, representa a consciência da fragilidade do meio ambiente e seus recursos esgotáveis (CATTON; DUNLAP, 1978; DUNLAP; VAN LIERE, 1978 *apud* BOGNER *et al*, 2000).

A preocupação de uma pessoa com o ambiente natural reflete em seus valores e influencia suas ações e atitudes (BANSAL; ROTH, 2000). Os autores mencionam que os valores pessoais podem influenciar consideravelmente os esforços ambientais da empresa. Primeiro, por auxiliarem os tomadores de decisões a identificar e priorizar decisões alternativas (DUTTON, 1997) e segundo porque preocupações ambientais induzem às iniciativas de economia de energia, controle da poluição e gestão de recursos naturais (ANDERSON; BATEMAN, 2000; LAWRENCE; MORELL, 1995) além de ações sociais junto aos funcionários e a comunidade.

Sendo as empresas de pequeno porte o foco deste trabalho, mais especificamente as empresas da construção civil, o próximo tópico objetiva conceituá-las e projetar os aspectos significativos da participação dessas empresas em ações ambientais e sociais.

4. PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Para conceituar micro e pequena empresa, pode-se adotar o critério da receita bruta regido pelo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, de 1999, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº. 5.028/2004, de 31 de março de 2004. Para ser considerada microempresa, a receita bruta anual deve ser igual ou inferior a R\$ 433.755,14. As empresas de pequeno porte são aquelas cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00.

O regime simplificado de tributação, SIMPLES, considera microempresa as empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00. Para as pequenas empresas, a receita bruta anual deve ficar entre R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

Nesta pesquisa, serão adotados os conceitos de micro e pequena empresa pelo número de funcionários, conforme critérios do SEBRAE (2007): microempresa na indústria e construção é aquela que possui até 19 funcionários e pequena empresa, a que possui de 20 até 99 funcionários.

A organização apresentada neste artigo é uma pequena empresa do setor da construção civil, setor este que, em 2005, participou com 7,3% do PIB nacional, empregou formalmente 1.462.589 trabalhadores em 118.993 empresas, sendo que 94% delas são micro e pequenas empresas com até 29 funcionários; 73% dessas empresas estão nos segmentos de edificações e obras de engenharia civil. A informalidade da mão de obra é da ordem de 61% e da atividade empresarial chega a 63%. Devido à informalidade, pode-se acrescentar aos dados que o setor ocupou diretamente 3.771.400 trabalhadores, o que corresponde a 5,6% da população ocupada total (BANCO DE DADOS DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, CBIC, 2005).

As projeções do setor da construção civil para o ano de 2008 são de um crescimento superior a 10%, segundo técnicos da Fundação Getúlio Vargas, FGV, baseados em empreendimentos já contratados, no aumento dos investimentos em geral e no crescimento do volume de financiamentos imobiliários. Essa projeção foi divulgada pelo Sindicato das Empresas da Construção Civil de São Paulo, SINDUSCON/SP, em 21 de dezembro de 2007.

Economicamente, o crescimento da indústria da construção civil é comemorado. Mas, em tempos de preocupação com o meio ambiente, devemos lembrar que os grandes centros urbanos enfrentam o enorme problema provocado com o volume de resíduos gerados diariamente pela construção civil, provenientes de demolições, reformas e novas construções. Segundo Pinto (1999), o Brasil gera 0,52 toneladas de entulho/habitante/ano, o que representa de 54 a 61% da massa de resíduos sólidos urbanos. Apesar de o entulho apresentar alto potencial de reciclagem, ainda são raras as pequenas e micro empresas da construção civil que se ocupam dessa tarefa. Com uma informalidade empresarial de 63%, a participação da construção civil no trabalho de reciclagem do entulho gerado diminuiu ainda mais.

Para se ter uma ideia da dimensão da produção de resíduos sólidos pela construção civil, todos os dias, 1,6 mil toneladas de entulho são gerados na cidade de Curitiba, segundo a Unidade de Valorização de Rejeitos (2007) da Prefeitura Municipal de Curitiba, o equivalente a praticamente todo o lixo produzido pelos curitibanos diariamente. Desde 1º de janeiro de 2005, todas as construtoras do País devem encontrar uma solução para o entulho que geram. Nesse dia, entrou em vigor a Resolução nº 307 do Conselho Nacional do Meio ambiente, CONAMA, que determina a coleta e destinação dos resíduos da construção civil. Mas a preferência ainda é o descarte desse entulho nos aterros sanitários das cidades.

Além de os resíduos sólidos, a construção civil também é responsável por outros agentes poluentes com pouca possibilidade de mensuração, como o uso de solventes e diluidores de tintas, aditivos para concreto e argamassa, jateamento de estruturas de ferro e aço, uso do amianto, entre outros.

Diante desse cenário, sobra uma importante pergunta: O que determina o comprometimento e a postura de uma empresa da construção civil em ações de responsabilidade socioambiental?

A participação das empresas do setor da construção civil em atividades socioambientais ainda é irrisória. Segundo o IPEA (2006), entre os setores das diversas atividades econômicas, as empresas da construção civil dividem com a agricultura, silvicultura e pesca os 3% de participação em ações sociais. Dentro desse índice, apenas 36% dessas empresas realizam constantemente algum tipo de ação social. O IPEA (2006) não apresenta índices de participações em projetos de preservação ambiental.

Naffziger *et al* (2003) acreditam que o que determina o envolvimento das empresas, e principalmente das pequenas e microempresas, em ações socioambientais são os *stakeholders*, a começar pelo governo. Leis governamentais que obrigam as empresas a contribuir para a preservação ambiental e outras que garantam os direitos de seus trabalhadores são a primeira e principal razão para o comprometimento das organizações, ainda que não voluntariamente. Clientes e concorrentes também possuem grande poder de indução à responsabilidade socioambiental. Os clientes, ao exigirem um posicionamento responsável, e os concorrentes, ao utilizarem as ações socioambientais como *marketing*, pois a ecoiniciativa melhora a imagem da empresa (HART, 1995; RUSSO; FOUTS, 1997) e as atitudes dos clientes refletem na consciência ambiental, já que ser um “amigo do ambiente” pode significar vantagem competitiva (NAFFZIGER *et al*, 2003; CAMPOS *et al*, 2007).

5. METODOLOGIA

O método utilizado para a condução da pesquisa foi o estudo de caso único. Trabalho de abordagem qualitativo-descritiva. A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (SCHRAMM, 1971 *apud* YIN, 2001, p. 31).

O objetivo da pesquisa é descrever o processo de aquisição da consciência ambiental de uma PE do setor da construção civil, verificando especificamente os antecedentes da organização e as ações posteriores, comprovando através dessas ações a aquisição da consciência ambiental.

A coleta de dados se deu mediante três entrevistas com os dois sócios da empresa e com o encarregado das obras, que aqui serão chamados de sócio 1, sócio 2 e encarregado. As entrevistas foram segmentadas em duas etapas. A primeira etapa foi a aplicação do questionário do NEP, na escala *Likert*, revalidado por Dunlap *et al* (2000). Ao entrevistado foi solicitado que dissesse se concordava plenamente ou parcialmente, ou era indiferente, ou se discordava parcialmente ou completamente de cada uma das 15 frases sobre meio-ambiente que lhe eram apresentadas. A segunda parte do questionário foi semiestruturada, com perguntas abertas. Relatos espontâneos sobre o fenômeno de que resultou este estudo de caso também foram obtidos dos sócios e encarregados entrevistados, assim como a opinião livre sobre a atual posição da empresa no que diz respeito a assuntos de responsabilidade socioambiental.

As entrevistas foram conduzidas de forma espontânea e pessoal, visando a uma maior flexibilidade, o que permite a obtenção de respostas mais confiáveis (GIL, 1999). Além das entrevistas, outra fonte de coleta de dados foram documentos como contratos de seguro de vida dos operários; contratos de aquisição de vale alimentação para todos os funcionários; contrato de terceirização do jateamento e pintura das estruturas de aço fabricadas pela MEA; documento de aquisição de caminhão *munck* próprio; e notas fiscais de vendas de entulho de obras, como telhas de alumínio e aço, por exemplo, para empresas de reciclagem de produtos da construção civil.

Após a coleta de dados, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas e sua triangulação com os dados obtidos através da análise dos documentos, como objetivo de validação interna do estudo deste caso.

6. O CASO DA EMPRESA MEA

A empresa MEA, uma PE da construção civil, foi fundada por dois sócios, ambos engenheiros civis, em 1999; um dos sócios vendeu sua participação a outro engenheiro civil, em 2001. A empresa, na época de sua fundação, contava apenas com os sócios fundadores e uma secretária. Executava pequenas estruturas metálicas, como mezaninos, escadas e coberturas de estrutura leve. Hoje conta com um quadro de 35 funcionários, fabrica e executa estruturas metálicas leves e pesadas e presta serviços para as principais construtoras do Paraná e Santa Catarina.

6.1. O incidente

Em novembro de 2006, a empresa MEA executou a fabricação e montagem de quatro painéis metálicos de propaganda para uma grande empresa de São Francisco do Sul, Santa Catarina, aqui chamada de VDS. Para que os painéis fossem erguidos, MEA locou de uma terceira empresa um caminhão tipo *munck* para o içamento e posterior fixação dos painéis em seus blocos de fundação. A empresa terceirizada, para esse serviço, a locadora do caminhão tipo *munck*, deu garantias da prestação dos serviços, mas um rompimento na mangueira de combustível do caminhão fez com que boa parte do óleo diesel do tanque de combustível vazasse e atingisse o lago da Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN situado no terreno da empresa VDS, que possui certificação ISO 14001.

O incidente causou danos temporários ao manancial, mas que foram reparados pela empresa MEA, conforme previsão do contrato de prestação de serviço e leis de proteção do meio ambiente. Porém, para a MEA, esse incidente causou muito mais do que perdas financeiras e constrangimentos, além da confiança da contratante. O ocorrido levou a empresa a rever sua postura como responsável socioambiental, conduzindo-a ao processo da percepção de aquisição da consciência ambiental através das exigências do consumidor e das leis de proteção do meio ambiente.

Devido ao incidente, cada membro da empresa participante do fato passou pelo processo de aquisição da consciência ambiental através de parâmetros pessoais distintos, que puderam ser observados na primeira etapa da entrevista, através do questionário do NEP (DUNLAP *et al*, 2000; SILVA FILHO, 2007) e confirmados na segunda etapa da entrevista, nas respostas às perguntas abertas semidirecionadas. O sócio 1, por exemplo, viu a ocorrência de forma mais dramática do que o sócio 2, sentindo-se pessoalmente mais fragilizado com o incidente. Seu envolvimento com as medidas contingenciais após o derramamento do diesel foi maior e mais efetivo “in loco” do que a do sócio 2, que, em

contrapartida, foi mais ágil nas providências materiais e legais diante do fato. O encarregado entrevistado não participou das medidas contingenciais e não vê o ocorrido como causador de dano ambiental. A ideia do encarregado sobre o assunto é que não houve incidente, apenas um fato comum de obra da construção civil.

Dessa forma, pode-se entender que para o sócio 1, o processo de aquisição da consciência ambiental se deu através do sentimento de pertença, de fazer parte do ambiente de trabalho e querer preservá-lo; para o sócio 2, ser ambientalmente consciente evita constrangimentos com clientes e o não cumprimento de leis ambientais, mesmo que algumas ainda sejam desconhecidas pela empresa. O encarregado, por sua vez, se mostrou indiferente com a situação, deixando para os proprietários da empresa as atitudes e ações necessárias durante o processo.

6.2. Aquisição da Consciência Ambiental

Os reflexos de aquisição da consciência ambiental pelos sócios da MEA se deram em ações socioambientais diversas. As informações recebidas por meio das entrevistas puderam ser confirmadas pela análise dos documentos apresentados pela empresa MEA. Esses documentos foram contratos de seguro de vida dos operários; contratos de aquisição de vale alimentação tanto para os operários quanto para o efetivo do escritório; contrato de empresa ambientalmente responsável para a terceirização do jateamento e pintura das estruturas de aço fabricadas pela MEA; documento de aquisição de caminhão *munck* próprio; e notas fiscais de vendas de produtos de sobras de obras novas e reformas para empresas de reciclagem de entulhos da construção civil.

Apesar de a empresa MEA já ter contratado seguro de vida para os funcionários antes do incidente ocorrido nas dependências da VDS, esses contratos não tinham sido renovados antes do fenômeno, pois era visto pelos sócios como despesa e não como benefício e proteção dos operários e seus familiares. Logo após o incidente, os sócios se reuniram e decidiram renovar o seguro de vida, tanto como benefício social, quanto para proteção legal da empresa, já que trabalhos da construção civil geram risco de vida a seus operários em todo e qualquer campo de obra.

A contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação também ocorreu após o incidente de vazamento de diesel no manancial da RPPN da empresa VDS. O sócio 1 e o sócio 2 concordaram que garantir uma alimentação saudável e quente é um benefício para os funcionários, principalmente para os operários das obras que, como é costume na construção civil, quando esses indivíduos trazem alimentação de casa, normalmente são mal acondicionadas, frequentemente causando danos à saúde do funcionário. Além do auxílio social, essa ação diminui os afastamentos por motivos de saúde, melhorando também o desempenho da empresa na prestação de seus serviços.

A empresa passou a terceirizar também os serviços de jateamento e pintura das estruturas metálicas que fabrica e monta. Contratou uma empresa que pratica a gestão ambiental para prestar esses serviços, evitando com isso tanto os possíveis danos ao meio ambiente por falta de conhecimento e prática nas atividades relacionadas a esses serviços, quanto transgredir leis ambientais que a empresa possa até mesmo desconhecer.

Diante do problema causado pela terceirização dos serviços de caminhão *munck*, a empresa MEA decidiu adquirir seu próprio caminhão *munck* para que pudesse gerir as manutenções preventivas necessárias do veículo, evitando novas possíveis ocorrências semelhantes.

Por fim, a MEA optou também por reciclar os entulhos de suas obras realizadas, vendendo o material possível para empresas interessadas e atuantes no setor de reciclagem. Produtos que antes eram descartados em caçambas de entulho passaram a ser

vistos como pequena fonte de retorno financeiro, que hoje é utilizada em programas motivacionais para os funcionários da empresa, além de a ação de reciclar fazer com que a empresa deixe de colaborar para a saturação dos aterros sanitários.

7. CONCLUSÃO

O objetivo principal deste artigo foi descrever o processo de aquisição da consciência ambiental de uma pequena empresa do setor da construção civil, através da ocorrência de um fenômeno propulsor, e demonstrar que, uma vez consciente de que suas atividades influem na preservação ou não do meio ambiente, a empresa passa a agir não apenas como ambientalmente, mas também socialmente responsável.

Ainda que a generalização estatística não se aplique ao método de estudo de caso, é possível que muitas pequenas empresas da construção civil se identifiquem com os dados apresentados neste artigo. Muitos empresários desse setor têm para si que o simples fato de garantir um emprego formal a pessoas da classe de trabalhadores que é empregada pela indústria da construção civil já é, por si, um benefício social, incluindo os sócios da MEA. Poderia ser uma constatação verdadeira se a observação fosse feita sob os índices da informalidade. Porém, é preciso que os administradores do setor adquiram a consciência de que emprego formal é garantia legalizada, não benefício social.

A partir do caso pode-se argumentar que, se a consciência ambiental não se adquire nem mesmo com as pressões da fiscalização, fica difícil imaginar que os colaboradores da informalidade possam praticar ações de responsabilidade socioambiental sem que haja motivações externas, nem que sejam infelizes.

8. REFERÊNCIAS

ANDERSSON, L.M.; BATEMAN, T.S. Individual environmental initiative: Championing natural environmental issues in U.S. business organizations. **The Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 548-570. Ago/2000.

BANCO DE DADOS DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – CBIC, 2005. Disponível em: < www.cbic.org.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

BANSAL, P.; ROTH, K. Why companies go green: A model of ecological responsiveness. **The Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 717-736. Ago/2000,

BOGNER, F.X; BRENGELMANN, J.C.; WISEMAN, M. Risk-taking and environmental perception. Environmentalist, University of Surrey. Guildford, UK. 2000.

BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, BOVESPA: **ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <www.bovespa.com.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2008.

CAMPOS, L.M.S.; DE MELO, D.A.; VERDINELLI, M.A. Um estudo sobre a utilização dos indicadores de desempenho ambiental em empresas certificadas pela ISO 14001. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 31, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ ANPAD, 2007.

CARLESS, J. **Taking Out the Trash: A no-nonsense guide to recycling**. Island Press. Washington, DC. 1992

CARSON, R. **Silent Spring**. Houghton Mifflin. Boston, MA, 1962.

CATTON, W.R.; DUNLAP, R.E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. **The American Behavioral**. Sep/Oct, 1980.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <www.mma.gov.br/conama>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

CUNHA, S. **O ambiente na sociologia: A emergência da nova ecologia humana**. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Fev, 2004.

DOBSON, A. **The green reader: Essays toward a sustainable society**. Mercury House San Francisco, CA. 1991.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n.2, p. 68-77, 1994.

DUNLAP, R.E.; VAN LIERE, K., D.; MERTIG, A.; JONES, R.E. Measuring endorsement of the new ecological paradigm: A revised NEP scale. **Journal of Social Issues**, v. 56, p. 425-442. 2000.

DUNLAP, R.E.; JONES, R.E. Environmental concern: Conceptual and measurement issues. In R. E. Dunlap & W. Michelson (Eds.), **Handbook of Environmental Sociology**. Westport, CT: Greenwood Press. 2002

DUTTON, J.E. Strategic agenda building in organization. In: Z. Shapira, editor. **Organizational Decision Making**. Cambridge, 81-105, MA: Harvard University Press, 1997.

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY RESEARCH GROUP. University of Surrey. Guildford. UK, 2005. Disponível em: <www.surrey.ac.uk/Psychology/EPRG>. Acesso em: 02 de janeiro de 2008.

EUFRÁSIO, M.A. **Estrutura urbana e ecologia humana**. Editora 34. São Paulo, 2000.

FAULSTICH, M.; LORBER, K.L.: **Ganzheitlicher umweltschutz**. Hirzel. Stuttgart. 1990.

FLORIANO, F.; DE SOUZA, A.E.; CORRÊA, H.L. Impacto ambiental: Estudo do arranjo produtivo local de calçados de São João Batista-SC. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 31, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ ANPAD, 2007.

FREITAS, W.C.P. **Espaço urbano e criminalidade: Lições da escola de Chicago**. Método. São Paulo, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas. São Paulo, 1999.

HART, S. A Natural-resource based view of the firm. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014. Out/ 1995.

HEINRICH, D.; HERGT, M. **Atlas zur ökologie**. DTV. München. 1994.

HERMAND, J. **Rousseau, Goethe and Humboldt: Their influence on later advocates of the nature garden**. Dumbarton Oaks Trustees for Harvard University. Washington, D.C., 1997.

HOFFMANN, F.; ROMBACH, T. **Die recycling lüge - Vermeiden Statt Verwerten**. Theime. Stuttgart. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE . Pesquisa Anual da Indústria da Construção, 2003. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

[INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION](http://www.iso.org), ISO. Disponível em: <www.iso.org>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2008.

LAUCKEN, U. **Modes of thinking: Reflecting on psychological concepts**. University of Oldenburg. Germany, 1995.

LAWRENCE, A.T.; MORREL, D. Leading edge environmental management: Motivation, opportunity, resources and process. In D. Collins and M. Starik, (Eds.). **Research in Corporate Social Performance and Policy**. JAI Press, p. 99-126. Greenwich. 1995.

LINNEWEBER, V.; KALS, E. **Umweltgerechtes handeln - Barrieren und brücken**. Springer. Berlin., 1999.

MALONEY, M.P.; WARD, M.P. Ecology: Let's hear it from the people - An objective scale for measurement of ecological attitudes and knowledge. **American Psychologist**, 1973: 28, 583-586.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, MRE. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

NAFFZIGER, D.W.; AHMED, N.U.; MONTAGNO, R. V. Perceptions of environmental consciousness in US small business: An empirical study. **Advanced Management Journal**, v. 68, n.2, p. 23-32. 2003.

OLIVEIRA, A.C.M.; VALADÃO JR, V.M. Responsabilidade socioambiental e integração: o caso Cargil Agrícola S/ª Complexo Industrial de Uberlândia, MG. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 31, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ ANPAD, 2007.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge U Press. New York. 1990.

PESSOA, R.W.A.; BENEVIDES, M.G.; NASCIMENTO, L.F. Responsabilidade social empresarial nas pequenas empresas. **Organização e Sociedade, O&S**. v.113, n.39.Out/Dez, 2006.

PINTO, T.P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 1999.

RUSSO, M.V.; FOUTS, P.A. A resource-based perspective on corporate environmental performance and profitability. **Academy of Management Journal**, v. 40, p. 534-559. 1997.

SCHLEGELMILCH, B.B.; BOHLEN, G.M.; DIAMANTOPOULOS, A. The link between green purchasing decisions and measures of environmental consciousness. **European Journal of Marketing**. 1996.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, SEBRAE. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

SINDICATO DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO, SINDUSCON/SP. Disponível em: <www.sindusconsp.com.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2008.

SILVA FILHO, J.C.L. Medindo uma nova percepção do meio ambiente: A escala do novo paradigma ecológico. **Educação Ambiental em Ação**. UFC, Set, 2007.

TEIXEIRA, Rivanda M. **Small Business and Social Responsibility in Brazil**. 1996. 344 f. Tese (Doutorado em Administração), Cranfield School of Management, Cranfield University, Inglaterra, 1996.

WEIGEL, R.; WEIGEL, J. Environmental concern: The development of a measure. **Environment and Behavior**, v.10, p. 3-15, 1978.

WENNER, J. S. **The Rolling Stone Environmental Reader**. Island Press. Washington, DC. 1992.

WORSTER, D. **Nature's Economy: A History of Ecological Ideas**. Cambridge U Press Cambridge, UK. 1994.

YIN, R.K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. Bookman: Porto Alegre, 2001.